

<b>Título:</b>	8.	Modelos
<b>Capítulo:</b>	1.	Documentos de instrução de processos (instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964, exceto cooperativas de crédito)
<b>Seção</b>	30.	Declarações
<b>Subseção</b>	18.	Declaração de atendimento aos requisitos legais e regulamentares – controladores e detentores de participação qualificada em sociedade de crédito direto e sociedade de empréstimo entre pessoas

## DECLARAÇÕES

Eu, ... (nome do controlador ou integrante do grupo de controle ou detentor de participação qualificada), CPF..., na condição de ... (controlador **ou** integrante do grupo de controle **ou** detentor de participação qualificada) na/da ... (citar a instituição), DECLARO ao Banco Central do Brasil o seguinte em relação às condições para ... (exercer o controle **ou** integrar o grupo de controle **ou** deter participação qualificada), especificadas nas questões de que tratam os incisos I a VII:

### Observações:

No caso de resposta afirmativa para qualquer um dos itens seguintes, registrar, no campo “Ocorrências”, a natureza e a situação da ocorrência, bem como, se for o caso, justificativa para que os fatos não sejam considerados como restritivos para o cumprimento das condições regulamentares estabelecidas, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente.

Devem ser incluídas todas as ocorrências, independentemente de sua relevância.

No caso de ocorrências de mesma natureza relativas ao item III e a processos administrativos punitivos instaurados pelo Banco Central do Brasil, as justificativas poderão ser apresentadas em bloco.

No caso de resposta negativa, registrar no campo “Ocorrências”, a expressão “nada a declarar”.

I - está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

II - está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

- Título:** 8. Modelos
- Capítulo:** 1. Documentos de instrução de processos (instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964, exceto cooperativas de crédito)
- Seção** 30. Declarações
- Subseção** 18. Declaração de atendimento aos requisitos legais e regulamentares – controladores e detentores de participação qualificada em sociedade de crédito direto e sociedade de empréstimo entre pessoas
- 

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

III - responde, pessoalmente ou em relação a qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

IV - está declarado falido ou insolvente?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

V - controlou ou administrou, nos últimos dois anos, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

VI - responde, pessoalmente ou em relação a qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime ou inquérito policial?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

- Título:** 8. Modelos
- Capítulo:** 1. Documentos de instrução de processos (instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964, exceto cooperativas de crédito)
- Seção** 30. Declarações
- Subseção** 18. Declaração de atendimento aos requisitos legais e regulamentares – controladores e detentores de participação qualificada em sociedade de crédito direto e sociedade de empréstimo entre pessoas
- 

VII - responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional?

Sim ( ) Não ( )

Ocorrências: (detalhar ou informar “nada a declarar”)

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E ASSINATURA

2. ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando o Banco Central do Brasil, desde já, autorizado a delas fazer o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade nas declarações ou a omissão de informações poderá acarretar o indeferimento do pleito, conforme previsto no art. 40, incisos I a III, da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.

Local e data

Nome e assinatura do controlador ou detentor de participação qualificada